

The logo consists of the letters 'AG' in a bold, white, sans-serif font, set against a dark blue square background.

ANDRADE
GUTIERREZ

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2019

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Balanços Patrimoniais

Demonstrações do Resultado

Demonstrações do Resultado Abrangente

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Administradores da
AG Construções e Serviços S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AG Construções e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da AG Construções e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 apresenta na rubrica de contas a receber via judicial, o valor de R\$508.187 mil (R\$508.187 mil, em 2018), referente a precatórios emitidos pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas, para os quais não existe expectativa de realização desde exercícios anteriores. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as rubricas de contas a receber e do patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$508.187 mil e R\$475.317 mil (R\$508.187 mil e R\$475.317 mil, em 2019), respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia estão inseridos no plano estratégico de seu acionista controlador e garantidor das operações, que fornece todo o suporte necessário para a execução de suas atividades. Adicionalmente, conforme apresentado na nota explicativa nº 13, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 06 de março de 2020.

**MOORE STEPHENS CONSULTING NEWS
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – MG6.494/O-4**



Adelmo de Oliveira

Contador CRC – MG 46.235/O-0



Alexandre C Freitas

Contador CRC – MG 60.762/O-4

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
ATIVO						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
<i>CIRCULANTE</i>						<i>CIRCULANTE</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.628	34.557	18.676	34.898	Empréstimos e Financiamentos	10	2.304	-	2.304	-
Contas a receber	4	295.453	280.138	308.787	292.964	Financiamentos com arrendamentos	8	2.957	-	2.957	-
Estoques	5	8.251	8.730	8.646	11.115	Fornecedores	9	38.694	52.847	38.696	64.429
Despesas Antecipadas		1.035	1.634	1.035	1.634	Salários e encargos sociais		18.541	5.322	18.541	5.322
Impostos e contribuições a recuperar		765	750	765	914	Impostos e contribuições a recolher	11	6.925	6.299	10.128	10.604
Créditos com partes relacionadas	13	118.617	63.226	118.617	63.226	Adiantamento de clientes	12	168.563	189.376	172.644	193.456
Adiantamentos diversos		5.385	2.425	5.385	2.425	Débitos com partes relacionadas	13	81.675	116.032	81.821	116.056
Outros		-	200	-	200	Distribuição dividendos mínimos obrigatórios		28.435	-	28.435	-
<i>Total do ativo circulante</i>		<u>448.134</u>	<u>391.660</u>	<u>461.911</u>	<u>407.376</u>	Outros passivos circulantes		<u>1.162</u>	<u>3.657</u>	<u>1.162</u>	<u>2.633</u>
						<i>Total do passivo circulante</i>		<u>349.256</u>	<u>373.533</u>	<u>356.688</u>	<u>392.500</u>
<i>NÃO CIRCULANTE</i>						<i>NÃO CIRCULANTE</i>					
Realizável a longo prazo:						Impostos e contribuições a recolher	11	5.065	6.974	5.065	6.974
Contas a receber	4	508.718	986.689	508.718	986.689	Impostos e contribuições diferidos	11	50.268	46.117	50.268	46.117
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	8.633	8.420	Adiantamentos de clientes	12	-	511.452	-	511.452
Créditos com partes relacionadas	13	2.273	18.095	15.057	18.095	Débitos com partes relacionadas	13	268.461	268.461	-	4.140
Outros		<u>760</u>	<u>327</u>	<u>760</u>	<u>327</u>	Provisão para perda em investimentos		-	-	189	-
<i>Total do realizável a longo prazo</i>		<u>511.751</u>	<u>1.005.111</u>	<u>533.168</u>	<u>1.013.531</u>	Outros passivos não circulantes		<u>2.305</u>	<u>722</u>	<u>2.306</u>	<u>722</u>
Investimento	6	296.184	269.640	150	150	<i>Total do passivo não circulante</i>		<u>326.099</u>	<u>833.726</u>	<u>57.828</u>	<u>569.405</u>
Imobilizado	7	14.672	8.839	14.672	8.839			<u>675.355</u>	<u>1.207.259</u>	<u>414.516</u>	<u>961.905</u>
Intangível		2	2	2	2	Total dos passivos					
Direitos de uso de arrendamentos	8	<u>2.940</u>	<u>-</u>	<u>2.940</u>	<u>-</u>						
<i>Total do ativo não circulante</i>		<u>825.549</u>	<u>1.283.592</u>	<u>550.932</u>	<u>1.022.522</u>	<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	15				
						Capital social		507.036	1.418.912	507.036	1.418.912
						Reservas de Lucro		5.986	-	5.986	-
						Resultados acumulados		<u>85.306</u>	<u>(950.919)</u>	<u>85.305</u>	<u>(950.919)</u>
						<i>Total do patrimonio liquido</i>		<u>598.328</u>	<u>467.993</u>	<u>598.327</u>	<u>467.993</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.273.683</u>	<u>1.675.252</u>	<u>1.012.843</u>	<u>1.429.898</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.273.683</u>	<u>1.675.252</u>	<u>1.012.843</u>	<u>1.429.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16	359.064	171.440	359.064	171.582
Custos dos produtos e serviços vendidos	18	(293.653)	(180.222)	(293.834)	(181.003)
RESULTADO BRUTO		65.411	(8.782)	65.230	(9.421)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	18	(2.276)	(884)	(486)	(2.345)
Resultado de equivalência patrimonial	6	23.836	2.329	(189)	-
Provisão para perdas, riscos e multas fiscais	19	237	164.405	237	171.237
Outras (despesas) receitas operacionais	17	38.952	(361)	38.952	(1.930)
		60.749	165.489	38.514	166.962
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		126.160	156.707	103.744	157.541
Receitas e Despesas Financeiras	20	8.283	(163.734)	8.831	(164.568)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		8.283	(163.734)	8.831	(164.568)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		134.443	(7.027)	112.575	(7.027)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	21	(10.566)	(5.523)	(10.934)	(5.523)
Diferido	21	(4.150)	49.509	18.086	49.509
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		119.727	36.959	119.727	36.959
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$	15	0,08	0,03		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	119.727	36.959	36.959	36.959
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>119.727</u>	<u>36.959</u>	<u>36.959</u>	<u>36.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro		Resultados acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	1.418.912	-	-	-	(496.886)	922.026
Efeito adoção de pronunciamento contábil (IFRS 15)	-	-	-	-	(2.592)	(2.592)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(488.400)	(488.400)
Resultado do exercício	-	-	-	-	36.959	36.959
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.418.912	-	-	-	(950.919)	467.993
Aumento de capital	38.719	-	-	-	-	38.719
Redução de capital	(950.595)	-	-	-	950.920	324
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	119.727	119.727
Constituição de reserva legal	-	-	5.986	-	(5.986)	-
Distribuição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(28.435)	(28.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	507.036	-	5.986	-	85.306	598.328

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido do exercício		119.727	36.959	119.727	36.959
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Variações monetárias e cambiais líquidas		9.897	161.962	9.385	160.117
Reversão de perdas/ganhos por imparidade		(6.510)	(164.405)	(6.510)	(171.237)
Impairment de ativos		970	3.648	970	3.648
Transferência Custos Partes Relacionadas	13	(4.374)	-	(4.374)	-
Equivalência patrimonial	6	(23.837)	(2.329)	189	-
Depreciações e amortizações	7	6.431	520	6.431	520
Efeito adoção de pronunciamiento contábil (IFRS 15)		-	(2.592)	-	(2.592)
Juros Financiamento de Arrendamento e Outros Passivos		(1.057)	-	(1.057)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	21	(14.716)	43.986	(36.952)	43.986
		86.531	77.749	87.809	71.401
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes - circulante e não circulante		(65.043)	(361)	(65.039)	(545)
Adiantamentos diversos		(2.960)	(2.642)	(2.960)	(2.642)
Estoques		(229)	(4.576)	(88)	(3.045)
Despesas antecipadas - circulante e não circulante		599	-	599	-
Impostos a recuperar e diferidos		(23)	(366)	(72)	(423)
Outros ativos - circulante e não circulante		(431)	-	(431)	-
		(68.087)	(7.945)	(67.991)	(6.655)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores e subempreiteiros		(27.679)	3.034	(29.933)	1.476
Adiantamentos de clientes - circulante e não circulante		7.877	49.086	7.877	49.086
Salários, provisões e obrigações sociais		13.219	512	13.219	512
Partes Relacionadas		(43.949)	14.904	(43.949)	14.878
Impostos a recolher e diferidos		28.497	(90.276)	27.395	(85.979)
Financiamentos de Arrendamento		3.073	-	3.073	-
Outros passivos - circulante e não circulante		353	295	353	295
		(18.609)	(22.445)	(21.965)	(19.732)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício		(10.913)	(5.138)	(10.913)	(5.138)
		(10.913)	(5.138)	(10.913)	(5.138)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(11.078)	42.221	(13.060)	39.876
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de investimentos / aumento de capital		(2.707)	(2.944)	(2.707)	(2.944)
Partes Relacionadas		13.115	(12.110)	12.096	(12.419)
Aquisição do ativo imobilizado e Intangível		(10.406)	(7.072)	(10.406)	(7.072)
Aquisição de propriedades para investimento		(4.853)	-	(4.853)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.851)	(22.126)	(5.870)	(22.435)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aumento de Capital		-	-	2.707	2.947
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		-	-	2.707	2.947
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15.929)	20.095	(16.223)	20.388
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		34.557	14.462	34.899	14.510
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		18.628	34.557	18.676	34.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia” ou “AGCS”) é uma Companhia anônima de capital fechado sediada em Belo Horizonte/MG e com filiais em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e controlada pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AG Engenharia”). A Companhia atua em dois segmentos principais:

a) Serviços de construção civil:

- Construção em consórcio do Sistema de Tratamento e Disposição de Água São Lourenço (“São Lourenço”), com percentual de participação de 40%;
- Construção em consórcio de lotes das Linhas de Transmissão de Eletricidade nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí e Pará, com percentual de participação de 10%;
- Construção em consórcio de estações e redes de distribuição de energia elétrica da segunda térmica no Porto do Açú no Rio de Janeiro, com percentual de participação de 50%;
- Construção em consórcio de obras civis do Projeto Salobo III, localizado na Região da Serra dos Carajás, município de Marabá-PA com participação de 10%;
- Construção em consórcio de obras de Reassentamento de Paracatu, situada no município de Mariana-MG com 10% de participação.
- Construção em consórcio das obras de Barramento, Intervenção e Descomissionamento do Rio Pequeno no município de Linhares-ES com 10% de participação.

b) Exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais para clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) no exterior, principalmente na América Latina e África.

A Companhia detém o controle acionário da AGComex Comercial Exportadora Ltda (“AGCOMEX”). A aquisição do controle acionário foi realizada entre empresas do grupo e visa dar continuidade à estratégia de promoção de sinergia nos negócios de exportação.

Por meio da 28ª Alteração Contratual da AGCOMEX, a referida investida da Companhia passou a contemplar em seu objeto social a atividade de incorporação imobiliária. A estratégia da AGCOMEX é de realizar empreendimentos de incorporação imobiliária no interior do Estado de São Paulo, preferencialmente na região metropolitana de Campinas onde, segundo estudos conduzidos pela AGCOMEX e parceiros, há um grande déficit habitacional. A intenção da controlada da Companhia é operacionalizar estes empreendimentos através do programa federal Minha Casa Minha Vida.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Lei nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1 Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.2 Imobilizado – depreciação

A depreciação das máquinas e equipamentos pesados da Companhia é calculada pelo regime de horas trabalhadas. A administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.

2.4.3 Imobilizado – revisão da vida útil

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.5 Provisões para riscos

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14.

2.4.6 Provisões para perdas em ativos financeiros (impairment)

As provisões para perda em ativos financeiros da Companhia são mensuradas com base em histórico de inadimplência, na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, seja por via administrativa ou judicial. Ainda conforme trazido pelo CPC 48, esta estimativa pode ser feita para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos os ativos diferidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, exceto, sobre o imposto diferido das empresas com investimentos em controladas, os ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data das demonstrações financeiras.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.5 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber de clientes

Estão registrados os saldos decorrentes de prestação de serviços de engenharia e de exportação de bens atrelados à execução de projetos de engenharia no exterior.

Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de liquidação. Os estoques estão compostos por bens (máquinas e equipamentos) e materiais destinados à exportação e materiais destinados a aplicação nas obras em andamento. Nessa rubrica também são reconhecidos os adiantamentos realizados para fornecedores de itens de estoque.

Investimentos

As demonstrações financeiras de empresa controlada são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas, tal investimento é consolidado linha a linha.

As informações financeiras de controladas em conjunto com as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. É registrado pelo custo de aquisição e deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

O investimento em controlada é consolidado e os investimento em coligadas e controlada em conjunto são avaliados pelo método de equivalência

Participação em consórcios

Os consórcios são constituídos da junção de duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

Imobilizado

A Companhia reconhece seus ativos imobilizados ao custo histórico de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição para colocar o ativo no local e em condições, necessários, para que esses possam operar.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Especificamente nas obras, a depreciação dos equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica destes ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Arrendamentos – Política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia e sua controlada avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos porque as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente mudança no prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento no período.

Provisão para Risco

A Companhia é solidariamente responsável (na proporção de seu percentual de participação em consórcios), em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. Processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e suas provisões para riscos, e com base nas melhores estimativas da Companhia e opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões, sempre que surgirem novos processos com prognóstico de risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda, ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Empréstimos e financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2019, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia são registrados pelo regime de caixa e calculados com base nas alíquotas de presunção de lucro, através do regime de tributação pelo Lucro Presumido, que variam conforme as atividades realizadas pela Companhia. Sobre o lucro presumido das atividades são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente a R\$ 240 (base anual), para o imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da controlada são registrados pelo regime de competência, através do regime de tributação pelo lucro real, e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O mesmo é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia e sua investida acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas investidas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Apuração dos resultados

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo IFRS 15 (CPC 47) e baseia-se de acordo com o modelo de 5 passos, sendo eles: identificação do contrato com o cliente; identificação das obrigações de desempenho; tipo de precificação do contrato; alocação do preço por obrigação de desempenho; e reconhecimento de receita ao longo do tempo.

Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentage of conclusion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Receita e custo de exportações de bens

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes o controle dos bens ou serviços, que é a capacidade de determinar o uso do ativo e obter totalidade dos benefícios. A receita está apresentada na demonstração do resultado do exercício, e é reconhecida pelo valor justo, na extensão da probabilidade dos benefícios fluírem para a Companhia e os custos puderem ser mensurados razoavelmente. Conforme apresentado na nota explicativa nº 16.

Não foram identificados impactos relevantes sobre os valores das receitas de vendas de mercadorias na aplicação inicial da referida política contábil, quando comparada à norma anterior.

Reconhecimentos das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias. O Lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada previamente relacionada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas.

2.6 Adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil - Política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor nova norma relacionada ao reconhecimento de contratos de arrendamento (CPC 06 (R2) – Arrendamentos).

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação contratual de efetuar os pagamentos daquele arrendamento. A referida norma traz isenções opcionais para os arrendamentos de curto prazo e aqueles que contemplem itens de baixo valor.

O CPC 06(R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A referida norma não traz alterações para a contabilização do arrendador, o que significa dizer que o arrendador continuará classificando os contratos de arrendamento como financeiro ou operacional. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui contratos nos quais seja a parte arrendadora.

A movimentação dos saldos de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 8.

2.7. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

CPC 11 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 7 – Contratos de seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 – Contratos de seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: a) uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável) e b) uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia não espera que impactos relevantes sejam gerados no momento da adoção inicial desta norma.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterado pelo CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não espera se afetada por estas alterações na data de transição.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo dessa rubrica na data das demonstrações financeiras, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	16	15	64	66
Aplicações financeiras (a)	18.612	34.542	18.612	34.832
Caixa e equivalentes de caixa	<u>18.628</u>	<u>34.557</u>	<u>18.676</u>	<u>34.898</u>

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, referem-se substancialmente a operações compromissadas, remuneradas à taxa média de 60% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber da Companhia referem-se, essencialmente, a valores a receber de clientes oriundos da prestação de serviços de construção e engenharia e exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais a clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez, no exterior. Abaixo está demonstrada a composição dos saldos a receber, conciliados com aqueles apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Nacionais</u>				
Terceiros (a)	41.141	15.740	41.141	15.740
Controladora direta	22	211	22	211
<u>Exterior</u>				
Terceiros (b)	34.157	52.639	34.157	52.639
Obras/projetos do grupo AG (c)	220.133	211.548	233.467	224.374
Subtotal - Circulante	<u>295.453</u>	<u>280.138</u>	<u>308.787</u>	<u>292.964</u>
Terceiros (d)	-	477.971	-	477.971
Contas a receber via judicial (e)	508.718	508.718	508.718	508.718
Subtotal - Não Circulante	<u>508.718</u>	<u>986.689</u>	<u>508.718</u>	<u>986.689</u>
Total contas a receber	<u>804.171</u>	<u>1.266.827</u>	<u>817.505</u>	<u>1.279.653</u>

(a) Refere-se aos saldos a receber dos consórcios, o qual é reconhecido proporcionalmente ao seu percentual de participação.

(b) No contas a receber de clientes de curto prazo estão classificados os saldos listados na Câmara de Créditos Recíprocos (CCR) com realização prevista para 2020.

(c) Saldos a receber, cotados em dólares norte-americanos, referentes a exportações de bens, realizadas para obras e projetos do Grupo AG localizadas, principalmente, no continente africano.

(d) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reclassificou para a rubrica de contas a receber de longo prazo o valor de R\$ 408.054, referente aos saldos contratados na Venezuela, que atualizados ao câmbio de 31 de dezembro de 2018, representam o montante de R\$ 477.971. No exercício de 2019, a Companhia realizou a compensação de saldos de contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes, conforme abertura na nota explicativa nº 17.

(e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia efetuou a reversão de parte do saldo dos recebíveis, no montante de R\$526.997 sendo que em 31 de dezembro de 2017 o saldo era R\$1.035.715. Essa reversão refere-se a saldos de atualização monetária realizada ao longo dos anos, bem como os juros incorridos dos precatórios que a companhia detém junto ao Governo do Amazonas, além

da contribuição social diferida sobre o referido saldo, no montante de R\$38.597. O ajuste realizado foi efetuado diretamente contra o patrimônio líquido, pelo valor líquido de R\$488.400 em 31 de dezembro de 2018. A administração da Companhia entende que, por ser uma decisão no exercício de 2018, não teria a obrigatoriedade de ajustar retroativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para fins de comparação com às demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2018, conforme preconizado pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, por entender ser impraticável retroagir à época em que as correções foram reconhecidas.

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber

5. ESTOQUES

O saldo de estoque está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	-	1.063	-	1.204
Materiais de consumo e almoxarifado	8.251	7.570	8.251	7.570
Adiantamento para fornecedores de mercadorias	-	97	395	2.341
Total	8.251	8.730	8.646	11.115

6. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Principais informações relativas a investida:

Nome da controlada	Principal atividade	Local de constituição e operação
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Exportação de bens	Brasil

	31/12/2019	31/12/2018
Participação e capital votante detidos	99,99%	99,99%
	99,999960%	99,999957%
Números total de quotas	463.851	269.492
Número de quotas detidas (lotes de mil)	463.851	269.492
Ativo total	303.655	288.459
Passivo total	7.620	18.967
Capital social	463.851	461.144
Patrimônio líquido	296.035	269.492
Resultado do exercício	23.836	2.329

A movimentação do saldo de investimento de 2019 e 2018 é como segue:

Investimento - Controladora	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital social	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018	Aumento de capital social	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	264.216	2.944	2.329	269.490	2.707	23.836	296.033
Outros	150	-	-	150	-	-	150
	264.366	2.944	2.329	269.640	2.707	23.836	296.184

Considerando os aportes de capital realizados em 2018 e 2019, conforme tabela acima, e a prorrogação do prazo de integralização por mais 24 meses, conforme indicado na 29ª alteração contratual realizada em 2019, a Companhia tem o compromisso de integralizar o valor de R\$9.445 na sua investida AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.

7. IMOBILIZADO

A composição do saldo líquido do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	110	-	110	110	-	110
Imóveis de Uso	13.203	(4.312)	8.891	370	(302)	68
Equipamentos e veículos	6.342	(2.856)	3.486	4.333	(2.592)	1.742
Móveis e utensílios	1.294	(150)	1.144	570	(71)	499
Imobilizado em andamento	1.016	-	1.016	6.397	-	6.397
Outras imobilizações	25	-	25	25	(2)	23
	<u>21.990</u>	<u>(7.318)</u>	<u>14.672</u>	<u>11.805</u>	<u>(2.967)</u>	<u>8.839</u>

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado para os exercícios de 2019 é demonstrada a seguir:

	Saldo					Saldo 31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	110	-	-	-	-	110
Imóveis de Uso	68	1.882	-	(4.046)	11.127	9.031
Equipamentos e veículos	1.742	2.041	(52)	(386)	-	3.345
Móveis e utensílios	499	880	(3)	(86)	-	1.290
Imobilizado em andamento	6.397	5.603	-	-	(11.127)	873
Outras imobilizações	23	-	-	-	-	23
Total	<u>8.839</u>	<u>10.406</u>	<u>(55)</u>	<u>(4.518)</u>	<u>-</u>	<u>14.672</u>

8. ARRENDAMENTOS

As demonstrações financeiras da Companhia foram impactadas conforme segue:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração do resultado; e
- separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia apurou os impactos no balanço patrimonial em 31 de março de 2019 conforme demonstrado no quadro abaixo:

Arrendamentos	CPC 06 (R2)	Amortização	Juros	Pagamentos		31/12/2019
				Principal	Juros	
Direito de uso com arrendamentos						
Edificações - Instalações	4.690	(1.832)	-	-	-	2.858
Equipamento básico - ferramentas	121	(63)				58
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	19	(10)				9
Equipamento de Transporte - Veículos	23	(8)	-	-	-	15
	<u>4.853</u>	<u>(1.913)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.940</u>
Financiamentos com arrendamentos						
Edificações - Instalações	4.690	-	120	(1.940)	(120)	2.870
Equipamento básico - ferramentas	121		2	(67)	(2)	56
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	19		-	(11)	-	8
Equipamento de Transporte - Veículos	23	-		-	-	23
	<u>4.853</u>	<u>-</u>	<u>122</u>	<u>(2.018)</u>	<u>(122)</u>	<u>2.957</u>

9. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores são representados substancialmente por fornecedores de máquinas e equipamentos adquiridos para exportação além dos fornecedores de prestação de serviços, insumos de construção, reconhecidos nos consórcios que a Companhia participa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar destes fornecedores é de R\$38.694 e R\$ 38.696 (R\$ 52.847 em 31 de dezembro de 2018 no Controladora e R\$ 64.429 no consolidado), na Controladora e no consolidado, respectivamente.

10. EMPRÉSTIMOS

As informações básicas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser assim demonstradas:

Natureza	Modalidade	Moeda	Taxas médias	
			31/12/2019	31/12/2019
Moeda nacional				
Empréstimos sem garantia	Capital de giro	R\$	100% do CDI + 5,40%	2.304
				<u>2.304</u>

As movimentações dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios de 2019, foram:

	Capital de giro	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>-</u>
Captações	3.500	3.500
Pagamentos de principal	(1.197)	(1.197)
Pagamentos de juros	(98)	(98)
Juros apropriados	99	99
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.304</u>	<u>2.304</u>

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo dos impostos e contribuições a recolher é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamento Lei 9.964/2000 (a)	5.065	6.974	5.065	6.974
IR/CS	1.814	2.199	2.182	2.199
PIS/COFINS	2.861	3.042	2.896	3.077
ISS	756	167	756	167
IRRF	964	374	965	374
INSS	247	98	247	98
IOF	-	-	-	-
Outros	283	419	3.082	4.689
	<u>11.990</u>	<u>13.273</u>	<u>15.193</u>	<u>17.578</u>
Circulante	6.925	6.299	10.128	10.604
Não circulante	5.065	6.974	5.065	6.974

(a) O débito consolidado do saldo do REFIS é pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês anterior (0,6% no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido). O saldo é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O saldo diferido é composto por Imposto de Renda e Contribuição Social, da parte da controlada, conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Imposto diferido</u>				
Receitas de exportação	13.197	12.052	13.197	12.052
Receita de aluguel de equipamentos	147	146	147	146
Variações cambiais	4.054	1.049	4.054	1.049
Saldo do Precatório	32.870	32.870	32.870	32.870
Total	<u>50.268</u>	<u>46.117</u>	<u>50.268</u>	<u>46.117</u>

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes são representados por recursos recebidos de forma antecipada para financiar as exportações para os projetos do Grupo AG na Venezuela, no qual é apresentado pelo líquido do saldo a receber do mesmo cliente, e adiantamentos para financiar exportações do Grupo AG em Gana. Os adiantamentos de serviços se refere ao de construção civil prestados pelos consórcios, o qual é reconhecido proporcionalmente ao seu percentual de participação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos para exportações	105.203	519.264	109.284	523.344
Adiantamentos para serviços	63.360	181.564	63.360	181.564
			-	-
Total de adiantamentos de clientes	168.563	700.828	172.644	704.908
Circulante	168.563	189.376	172.644	193.456
Não circulante	-	511.452	-	511.452

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas da Companhia estão compostos conforme segue:

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2019			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	22	-	(146)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2.273	-	-
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda (a)	Contas a pagar / receber	-	-	-	(268.461)
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	118.617	-	(79.933)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(1.596)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) - (b)	Contas a receber	175.143	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	27.909	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.708	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	6.373	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019		338.772	2.273	(81.675)	(268.461)

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2019			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	22	-	(292)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	15.057	-	-
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	118.617	-	(79.933)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(1.596)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	186.778	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	27.970	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.805	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.915	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019		352.107	15.057	(81.821)	-

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2018			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	AFAC	-	-	(38.719)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	211	-	(23)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	18.095	-	-
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Contas a pagar / receber	-	-	-	(268.461)
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	63.226	-	(76.560)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(730)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	168.014	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	26.836	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.293	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	6.404	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018		<u>274.984</u>	<u>18.095</u>	<u>(116.032)</u>	<u>(268.461)</u>

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2018			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	AFAC	-	-	(38.719)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	211	-	(47)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	18.095	-	(4.140)
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	63.226	-	(76.560)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(730)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	179.199	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	26.895	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.386	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.894	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018		<u>287.811</u>	<u>18.095</u>	<u>(116.056)</u>	<u>(4.140)</u>

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios decorrentes das operações com partes relacionadas, são apresentados abaixo:

(a) Em 2017, por meio de Instrumento de Cessão de Crédito a Companhia recebeu da sua investida AGCOMEX, recebíveis no valor de R\$268.461. Para o referido saldo não está previsto reconhecimento de juros e não possui data de vencimento definida.

(b) Refere-se a exportação de bens para os projetos de construção de estradas em Gana.

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Periodicamente a administração acompanha o desenvolvimento desses processos, e com base nas melhores estimativas de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões, sempre que surgirem novos processos com prognóstico de risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda, ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, a Companhia, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis (onde a referida norma exige a divulgação em nota explicativa). Em 31 de dezembro de 2019 não há valor estimado de perdas possíveis.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é composto por 507.035.694 ações ordinárias nominativas, no valor nominal correspondente a R\$1 (um real) por cada ação. A composição acionária é como segue:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações	%	Ações	%
ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.	507.032.084	99,9993%	1.418.901.769	99,9993%
ADPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	3.610	0,0007%	9.998	0,0007%
OUTROS ACIONISTAS	-	0,0000%	2	0,0000%
Total	507.035.694	100%	1.418.911.769	100%

Reservas legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76.

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

Resultado básico e diluído por ação

Como tiveram aumentos e reduções de capital no exercício corrente, houve variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação que somam o montante de 1.445.007 ações ordinárias em dezembro de 2019. Esta média é calculada de acordo com as orientações contidas no IAS 33 (CPC 41).

	Variações	Saldo	Data	Prazo	Média ponderada
Saldo em 31 de dezembro de 2015	157.750	157.750	31/12/2015	61	140.373
Aumento de capital AGE 01 de março	1.217.219	1.374.969	01/03/2016	305	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.374.969	1.374.969	31/12/2016	254	1.175.310
Aumento de capital AGE 11 de setembro	118.273	1.493.242	11/09/2017	37	
Aumento de capital AGE 18 de outubro	1.086	1.494.328	18/10/2017	63	
Redução de capital AGE 20 de dezembro	(75.417)	1.418.911	20/12/2017	11	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.418.911	1.418.911	31/12/2017		1.408.884
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.418.911	1.418.911	31/12/2018		1.408.884
Aumento de capital AGE 29 de Abril	38.719	1.457.630	43.584	119	462.604
Redução de capital AGE 29 de Abril	(950.595)	507.035	43.584	246	982.403
Saldo em 31 de dezembro de 2019	507.035	507.035	43.830	365	1.445.007

Abaixo está demonstrado o quadro Básico por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	119.727	36.959
Média ponderada das ações ordinárias (mil)	1.445.007	1.408.884
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	<u>0,08</u>	<u>0,03</u>

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A conciliação da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período pode ser demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita de construção civil	368.054	173.254	368.054	173.254
Outras Receitas	398	5.775	398	5.975
Total receita bruta	<u>368.452</u>	<u>179.029</u>	<u>368.452</u>	<u>179.229</u>
Impostos sobre a receita	(9.388)	(7.589)	(9.388)	(7.647)
Total receita líquida	<u>359.064</u>	<u>171.440</u>	<u>359.064</u>	<u>171.582</u>

17. Outras Receitas

Em função da situação econômica da Venezuela, a Companhia realizou a compensação de saldos de contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes, no exercício de 2019, para os dois contratos que mantinha naquele país.

Os referidos projetos estavam sendo executados por meio da sucursal venezuelana da AG Engenharia, tendo a Companhia como interveniente exportadora.

Considerando a falta de perspectivas de retomada destes projetos, cujos clientes são estatais venezuelanas, em função do encerramento de prazo contratual de um projeto e o distrato unilateral de outro contrato, a Companhia procedeu com a compensação de saldos de contas a receber de clientes e adiantamento de clientes, mantendo em aberto apenas saldos a receber garantidos através do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, no ativo circulante.

O detalhamento das compensações realizadas, é demonstrado abaixo:

	Saldos antes do efeito da compensação	Compensação de ativos e passivos	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes	34.157	-	34.157
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	517.802	(517.802)	-
Passivo não circulante			
Adiantamentos de clientes	(540.142)	540.142	-
Demonstração do resultado			
Efeito líquido no resultado	-	22.340	22.340

18. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Os custos e despesas da Companhia podem ser classificados quanto à sua natureza conforme demonstrado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Materiais vendidos	(1.070)	(4.349)	(1.213)	(5.953)
Matérias-primas e materiais de consumo	(54.142)	(36.930)	(54.142)	(35.906)
Serviços de terceiros	(111.824)	(88.560)	(110.080)	(89.824)
Salários e encargos sociais	(121.010)	(50.331)	(121.010)	(50.331)
Depreciação e amortização	(6.431)	(523)	(6.431)	(523)
Impostos, taxas e encargos	(1.078)	(156)	(1.071)	(261)
Outros	(374)	(257)	(374)	(568)
Total	(295.929)	(181.106)	(294.321)	(183.366)
Custos dos produtos e serviços vendidos	(293.653)	(180.222)	(293.834)	(181.003)
Despesas gerais e administrativas	(2.276)	(884)	(486)	(2.345)
Total	(295.929)	(181.106)	(294.321)	(183.348)

19. PROVISÃO PARA PERDA RISCOS E MULTAS FISCAIS

As provisões para perda, riscos e multas fiscais reconhecidas na demonstração do resultado, são compostas pelos seguintes saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(199)	167.369	(199)	167.369
Outras Provisões	436	(2.964)	436	3.868
Total	237	164.405	237	171.237

20. RESULTADO FINANCEIRO

Abaixo é apresentado o resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Rendimento de Aplicações Financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.044	774	1.044	828
Juros sobre recebíveis (a)	-	-	47	-
Total das receitas	1.044	774	1.091	828
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuo	-	-	(11)	1
Despesas bancárias	(1.567)	(2.277)	(1.567)	(5.008)
Outros	(149)	(269)	(149)	(271)
Total das despesas	(1.716)	(2.546)	(1.727)	(5.278)
Receita de variação cambial	8.955	-	9.467	1.843
Despesa de variação cambial	-	(161.962)	-	(161.961)
Variação cambial, líquida	8.955	(161.962)	9.467	(160.118)
Resultado líquido	8.283	(163.734)	8.831	(164.568)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, registrados no resultado do exercício tem suas origens demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita bruta de construção e exportação	368.054	368.054	177.889	177.889
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
	29.444	44.166	14.231	21.347
Receita bruta de aluguel de equipamentos e Outras Receitas	398	398	1.140	1.140
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
	127	127	365	365
Variação cambial líquida (regime de caixa)	9.813	9.813	(145.850)	(145.850)
Percentual de presunção	100%	100%	100%	100%
	9.813	9.813	(145.850)	(145.850)
Base de cálculo	39.384	54.106	(131.254)	(124.138)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
IR/CS reconhecido no resultado do exercício - Controladora	9.846	4.870	(32.814)	(11.172)
IR/CS apurado por controlada tributada pelo Lucro Real	-	-	-	-
IR/CS reconhecido no resultado do exercício - Consolidado	9.846	4.870	(32.814)	(11.172)
Corrente				
Diferido	6.863	3.703	3.681	1.842
	2.983	1.167	(36.495)	(13.014)

A segregação entre corrente e diferido é conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos correntes				
Relacionados ao exercício corrente:				
Receitas de exportações	-	-	-	-
Receitas de serviços	(10.566)	(5.523)	(10.566)	(5.523)
Variações monetárias e cambiais	-	-	-	-
Outros	-	-	(368)	-
	(10.566)	(5.523)	(10.934)	(5.523)
Impostos diferidos				
Relacionados ao exercício corrente:				
Receitas de construção e exportação	(770)	44	(770)	44
Receitas de aluguel	(43)	(124)	(43)	(124)
Variações monetárias e cambiais	(3.337)	49.589	(3.337)	49.589
Outros	-	-	22.236	-
	(4.150)	49.509	18.086	49.509
Total das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas no exercício	(14.716)	43.986	7.152	43.986

22. ANÁLISE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização, baseando-se nos preceitos descritos no CPC 40 – Instrumentos financeiros no qual define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A interpretação/utilização de dados e informações disponíveis no mercado quanto à escolha de metodologias de avaliação apropriadas exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação evidenciada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A posição de ativos e passivos financeiros da Companhia não apresenta qualquer diferença entre valor justo e valor contábil. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo.

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	18.628	-	18.628	34.557	-	34.557
Contas a receber de clientes	-	804.171	804.171	-	1.266.827	1.266.827
Créditos com partes relacionadas	-	120.890	120.890	-	81.321	81.321
Passivos						
Empréstimos bancários e debêntures	-	2.304	2.304	-	-	-
Fornecedores	-	38.694	38.694	-	52.847	52.847
Débitos com partes relacionadas	-	350.136	350.136	-	384.493	384.493
Total	18.628	1.316.195	1.334.823	34.557	1.785.488	1.820.045

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	18.676	-	18.676	34.898	-	34.898
Contas a receber de clientes	-	817.505	817.505	-	1.279.653	1.279.653
Créditos com partes relacionadas	-	133.674	133.674	-	81.321	81.321
Passivos						
Empréstimos bancários e debêntures	-	2.304	2.304	-	-	-
Fornecedores	-	38.696	38.696	-	64.429	64.429
Débitos com partes relacionadas	-	81.821	81.821	-	120.196	120.196
Total	18.676	1.074.000	1.092.676	34.898	1.545.599	1.580.497

Gestão do risco de capital

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, é considerado o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento do Grupo AG, no qual a Companhia está inserida.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O resultado das operações da Empresa é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio em virtude da parte significativa de seus recebíveis (circulante) que estão atrelados a moedas e clientes do exterior. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve impacto relevante no resultado da Empresa pelos saldos em aberto com partes relacionadas no exterior. Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo AG.

Ativos

O risco vinculado ao saldo de contas a receber de clientes surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos.

Concentração de risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas financeiras decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A AGCS revende exclusivamente para projetos do Grupo AG, os quais são financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Desta forma, a Administração da Companhia entende que os riscos de inadimplência são reduzidos tendo em vista que:

- I. Os serviços prestados já foram reconhecidos pelos clientes, que autorizaram ao BNDES o pagamento das faturas emitidas. Na eventualidade de não pagamento pelo BNDES, os pagamentos serão efetuados diretamente pelos clientes;
- II. Existe mercado ativo para o desconto antecipado dos títulos em aberto para os quais a Administração entende que os custos financeiros da operação não são relevantes.

Os créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração do Grupo AG. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes da variação cambial relacionada aos recebíveis de clientes do exterior, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE							
Controladora		31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
Fator de sensibilidade	Risco	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
USD	Varição da cotação USD	4,0307	4,2196	2,1098	3,1647	5,2745	6,3294
		31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
<i>Contas a receber em moeda estrangeira</i>		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Varição da cotação USD		254.289	266.206	133.103	199.655	332.758	399.309
Efeito líquido total de ganho ou (perda)			11.917	(133.103)	(66.552)	66.552	133.103
Consolidado		31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
Fator de sensibilidade	Risco	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
USD	Varição da cotação USD	4,0307	4,2196	2,1098	3,1647	5,2745	6,3294
		31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
<i>Contas a receber em moeda estrangeira</i>		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Varição da cotação USD		267.421	279.954	139.977	209.965	349.942	419.930
Efeito líquido total de ganho ou (perda)			12.533	(139.977)	(69.988)	69.988	139.977

Cenário base: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2019.

Cenário provável: elaborado com base no dólar projetado para 31 de dezembro de 2020, extraído de fontes confiáveis do mercado financeiro como o Banco Central.

Demais cenários: conforme mencionado anteriormente, referem-se à sensibilidade nas variações em relação

ao cenário atual, em 25% e 50%, para mais e para menos.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM O CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia realizou a seguinte atividade de financiamento não envolvendo caixa, portanto, essa não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento de capital da Companhia em contrapartida a rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital.	38.719	-	-	-
Estorno de atualização monetária de precatório, adequando o contas a receber da companhia a sua expectativa de realização.		526.997	-	-
Reversão do Imposto diferido referente a receita financeira do precatório, ora estornada como ajuste de exercícios anteriores.		38.597	-	-
Reversão da Provisão para perda do Contas a Receber (Venezuela).		168.041	-	-
Transferência de Contas a Pagar para acionista majoritária para quitação parcial de mútuo.		2.421		
Reconhecimento de IRPJ Diferido da Companhia realizado através de Cessão de Crédito Fiscal para Empresa Ligada.	22.236	-	22.236	-
Transferência de contas a pagar para controladora indireta - Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	-	-	(10.903)	-
	<u>60.955</u>	<u>1.040.914</u>	<u>11.333</u>	<u>-</u>

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após avaliar possíveis ocorrências de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia concluiu que não houve eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que deveriam ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da diretoria da Companhia, em 06 de março 2020, tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e autorizaram a sua conclusão e divulgação.

DIRETORES EXECUTIVOS

Marcelo Marcante
Gustavo Braga Mercher Coutinho
Fernando Leyser Gonçalves
Fernando Orsini Rodarte
Luis Cesar Moreira
Marcelo Caldas Rodrigues

CONTADOR RESPONSÁVEL

Márcio Magno de Abreu
CRC-MG 089.771/0-1